

EMPREGO DOMÉSTICO: Revendo o Novo*

Alda Britto da Motta

Considerando o novo como culminância ou momento privilegiado de uma processo, o artigo aponta alguns momentos de mudança do trabalho doméstico na História: de produção coletiva a individual, de não-remunerada a assalariada, exercida diferencialmente segundo gêneros, classes e gerações. Contemporaneamente, enfim legitimado como análise acadêmica, realiza-se em um contexto social de crise, onde tanto mulheres como classes populares se demonstram capazes de ação política.

I. EMPREGO DOMÉSTICO - O NOVO

O novo não é o súbito. É momento de um processo, ou a sua culminância - no que guarda, então, várias possibilidades de permanência. (A permanência como a constância mais duradoura na trajetória - dialética - da sociedade)

O novo é também definido pela percepção subjetiva - do ator social ou do pesquisador - de uma experiência, ou de uma conjuntura. Assumindo o ângulo de visão do pesquisador, tentarei identificar algumas importantes características do trabalho doméstico. Detenho-me, exploratoriamente, na conjuntura brasileira atual, partindo da observação, em especial, da realidade baiana, com vistas a discernir: (i) os movimentos do trabalho doméstico remunerado, tanto na força de trabalho feminina, como internamente às suas categorias e processos de trabalho; (ii) os atores sociais que esses movimentos ensejam; e (iii) suas novas formas de atuação e os possíveis resultados delas decorrentes.

Para isso, valer-me-ei, além da literatura especializada disponível, dos dados empíricos por mim coletados e reflexões realizadas ao longo

Versão revista da comunicação apresentada ao GT "A mulher na força de trabalho", XII Encontro Anual da ANPOCS, 23 a 27.10.1989, Caxambu/MG. Uma versão em inglês foi apresentada, com o título "What's new on domestic work in Brazil", no IV International Interdisciplinary Congress on Women, 3 a 7 de julho de 1990, Hunter College, CUNY - Central University of New York. Professora Adjunta do Departamento e Mestrado em Sociologia e Pesquisadora do NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBa.

Caderno CRH, n. 16, p. 31-49, jan/jun, 1992.

de vários anos e cinco projetos de pesquisa sobre trabalho doméstico, entre 1976 e 1989, à base de entrevistas, observação direta e participante, análise do material impresso produzido por associações de empregadas domésticas e acompanhamento sistemático de notícias de jornais.

O que tem sido o trabalho doméstico? E o novo, nele?

Historicamente, um trabalho pré-capitalista. Produção coletiva, familiar (embora centrado na mulher/mãe/trabalhadora), de valores de uso, realizada em âmbito doméstico. Familiar, nas várias modalidades já havidas; inclusive no sentido aristotélico - dos parentes e dos fâmulos.

No capitalismo, o trabalho doméstico passa a ter algumas características estruturalmente novas: é designado a uns poucos indivíduos, onerando-os temporal e existencialmente, e liberando os outros (membros da família) para o trabalho assalariado fora de casa. Alternativamente, é introduzido também o assalariamento nessa relação, podendo esse trabalho ser realizado por homem ou por mulher. Em fase mais recente passou a ser, entretanto, avassaladoramente exercido por mulheres.

Em termos de relações de trabalho, reúne pessoas de uma só classe social, em que apenas uma presta serviços às demais - no que constituem, já aí, uma família no sentido moderno nuclear, em suas relações de gênero e de gerações - ou, então, indivíduos de classes sociais diferentes, como patrões e empregados; em ambas as alternativas, estabelecem-se relações de obrigação que constituem formas de subordinação e opressão de indivíduos, atenuadas pela prescrição ideológica do dever ou do prazer de servir; porém guardando, latente ou pontualmente explosivos, episódios de conflito.

As duas modalidades de trabalho passam, então, a existir como alternativas na divisão sexual e social do trabalho - que define o trabalho doméstico como próprio às mulheres, como tarefa da empregada doméstica ou papel (Gálvez, Todaro, 1983) da esposa e mãe, também designada como "dona-de-casa". O **locus** da realização sendo sempre a casa de uma família, e o seu objetivo a produção e transformação de bens materiais e simbólicos para consumo imediato ou mediato dessa família e reprodução da vida e da força de trabalho dos seus componentes.

Esse quadro de relações, constituídas na vivência de um modo particular de organizar o processo de trabalho, manteve-se por muito tempo intocado, considerado "natural", dado que "sempre foi assim". Às vezes até coloria-se por algum romantismo ("Vou-me casar, cuidar da *minha* casa, do *meu* marido e dos *meus* filhos") ou por outras ilusões: "Trabalho um tempo na casa do branco, enquanto sou nova na cidade; depois arranjo uma coisa melhor".

Foi o feminismo, sobretudo nos anos 70, quem se encarregou de começar, afinal, a estudá-lo e questioná-lo, como processo de trabalho e como relação social. E não sem alguma resistência na academia, posto que ainda era menosprezado pela ciência social oficial, androcêntrica. Somente quando se avolumou a produção nesse campo temático, ele passou a ser considerado merecedor de análise teórica e de pesquisa empírica. Em parte como busca de legitimidade acadêmica, mas também como uma etapa na procura do referencial teórico adequado, viveu-se, então, uma intensa discussão de base economicista, utilizando-se categorias e problematizando questões que se referiam diretamente às formas de realização da produção capitalista, principalmente no referente à criação de valor. Analisava-se, sobretudo, a bem da verdade e da causa feminista, que as mulheres trabalhavam e que esse trabalho era necessário à acumulação capitalista. Esquecido ficava o caráter original, não diretamente capitalista, da produção doméstica e despercebida a forte carga ideológica que impregna as relações que a constituem, e que mantinham inquestionada - e em grande parte ainda mantêm - a realização desse trabalho em âmbito privado, de modo gratuito ou mal pago e exercido por pessoas majoritariamente do sexo feminino.

Esse desvendamento foi sendo feito de maneira gradativa; para ele contribuíram também os estudos sobre papéis sexuais na família e, em seguida, as análises, principalmente latino-americanas, sobre trabalho doméstico remunerado, nas décadas de 70 e de 80¹.

Na linha de continuidade da produção feminista acadêmica, outro quadro de referência foi produzido, a partir do convencimento de que, sendo a realidade social complexa e multifacetada, o seu desvendamento requeria várias "entradas" teóricas, tais como, no caso do trabalho doméstico, as relativas a classe, gênero, identidade étnica, etc, articuláveis em tecido conceitual comum.

A percepção das possibilidades de convergência analítica dessas categorias construídas em diversas relações sociais, possibilitou, também, uma aproximação maior de certas contradições no real concreto (A gama de alternativas para o ser homem ou ser mulher, de determinada classe, de determinada raça, de determinada idade!). Ensejou, igualmente, o necessário recurso a categorias pouco trabalhadas sociologicamente, como as de ambigüidade e ambivalência.

Entre todas, porém, destacam-se, pela capacidade de determinação mais ampla, aquelas relações constituídas no processo de divisão social do trabalho, como *relações de classe*, e de divisão

1 No Brasil, são precursoras Motta (1977, 1985a - este último originalmente apresentado no V Encontro Anual da ANPOCS, em 1981); Saffiotti (1978); Castro (1982); Farias (1981, 1983).

especificamente sexual do trabalho e de papéis na família, as *relações de gênero*.

As *práticas* que se constituíram em torno do trabalho doméstico são um espaço privilegiado de expressão dessas contradições e "ambigüidades, como relações ora de antagonismo, ora de aliança ou de coexistência. Tanto de classe como de gênero. Tanto entre empregados e patrões, como entre donas-de-casa e sua família. Kergoat (1987), que está entre as que, pioneiramente, propõem essa metodologia, expressa a dinâmica da relação social exatamente como "contradição viva, perpetuamente em vias de modificação, de recriação".

A divisão emocional das mulheres enquanto donas-de-casa, patroas ou empregadas domésticas, sempre esteve no horizonte das minhas preocupações teóricas (1985b, 1986). As situações vividas se dão assim:

Mulheres, esposas, enquanto gênero são social e familiarmente subordinadas; enquanto classe, são aliadas dos maridos. Como empregadas domésticas, e empregadoras, enquanto gênero são consideradas de "natureza" social comum; enquanto classe, são antagonistas.

Nas práticas cotidianas, predomina o cenário sempre mutável, composto por quadros de oposição ou de aproximação que, mesmo historicamente consolidados, se renovam sempre. Relações de poder (Motta, 1986).

Ainda nesse trabalho expressava outras preocupações da mesma ordem teórica. Por exemplo, sobre os sujeitos reais de algumas dessas relações de poder:

"Por que o patrão/dominante não é representado pela figura masculina, que usualmente define a relação de classe da família (...) mas pela figura feminina, freqüentemente designada (...) como 'economicamente inativa'?"

Ou sobre âmbitos menos perceptíveis dessas relações de poder no espaço doméstico:

"Quanto à competição e agressividade na relação empregada-patroa, ela se origina, tão diretamente quanto das relações coletivas de classe, no jogo de dominação/subordinação a nível Individual; e se expressa tanto como conflito de classe quanto como competição a nível de gênero social: entre duas mulheres, geralmente de classes sociais-diferentes, por vantagens de ordem econômica, mas também pela (pre)dominância no espaço da casa e pela competência na

produção doméstica; às vezes até por alguma gestão na vida afetiva da família" (Motta, 1985b).

Como todo esse percurso analítico se refletiu nos nossos estudos locais sobre o tema?

Sabe-se que o serviço doméstico é, tradicionalmente, a ocupação que contribui com maior peso na composição da população feminina considerada economicamente ativa (PEA). Foi assim em países do capitalismo central - por exemplo, nos Estados Unidos, até pelos menos 1950 (Berch, 1984) - e persiste assim em países do capitalismo periférico; na América Latina, em que pesem as pequenas variações de país a país, ele se situava em torno de 20% em 1980 (Motta, 1985b).

Entretanto, a tão grande participação na força de trabalho jamais correspondeu, ainda que de modo longínquo, importância social, amparo legal e participação política da categoria. Até quase agora.

Mudanças quantitativas e qualitativas vêm-se delineando nas três últimas décadas, com mais rapidez nos anos recentes. Por exemplo, embora essa participação do emprego doméstico no PEA feminina continue alta, e mesmo majoritária se comparada às outras ocupações exercidas pela mulher, uma outra tendência vem-se configurando, desde a década de 60, também partilhada por outros países da América Latina: a regressão relativa dessa participação (Castro, 1982; Gálvez, Todaro, 1983; Gogna, 1988; entre outros).

No caso do Brasil, a contribuição do serviço doméstico para a PEA, de 27% em 1970, foi de apenas 19,9% em 1980. E lembre-se que a participação das mulheres na força de trabalho, nessa década, foi grandemente ampliada: entre 1970 e 1980, o emprego feminino, no Brasil, cresceu 92%, enquanto o serviço doméstico, somente 45,9% (Mello, 1984).

Na Bahia, também em uma conjuntura de grande aumento do índice de emprego feminino, a participação do serviço doméstico na PEA foi da ordem de 34,5%, em 70, e de 27,2% em 1980, sendo relativamente maior que para o Brasil, como um conjunto. Ainda assim foi forte o declínio relativo: pelos cálculos de Castro (1985), o serviço doméstico representou, para o emprego feminino na Bahia, em 1980, apenas 60% do que fora em 1950.

Castro e Guimarães (1987) analisam, como parte da configuração interna a esse grande crescimento do emprego feminino na Bahia, outras mudanças em relação aos padrões tradicionais de participação dos dois sexos na PEA: tanto a intensificação do acesso das mulheres a ocupações antes predominantemente masculinas, quanto a maior presença de homens no exercício de tarefas tidas como femininas. Estas novas tendências convivem com a intensificação do emprego feminino também em atividades onde ele já era tradicionalmente forte.

Cresceu o contingente de mulheres, por exemplo, nos serviços de consumo coletivo, antes território masculino, e cresceu bastante - embora sobre cifras originalmente muito baixas - a participação masculina no serviço doméstico. Na Bahia, 5% segundo o Censo de 1980 (Castro, 1985) e 6,22% segundo a PNAD de 1989. Assinalam, aliás, Castro e Guimarães (1987) que essas conquistas femininas não são tão radicais; na prática, as mulheres assumiram, ainda, tarefas naquelas ocupações culturalmente definidas como correspondentes aos seus papéis sexuais tradicionais, em especial no âmbito dos serviços de saúde e da socialização dos mais jovens.

O que os dados dos Censos habitualmente não revelam, pelo próprio fato da intensa agregação das suas categorias, é a estratificação interna ao setor de serviço doméstico - um conhecimento de rara utilidade para a percepção dos seus movimentos e transformações, tanto em termos de sub-categorias ocupacionais, quanto de modalidades de inserção no emprego.

Esse traço é corroborado por dados de campo obtidos por outros pesquisadores latinoamericanos (como Mello, 1984, para o Brasil; Castro, 1982, para a Colômbia; Gálvez, Todaro, 1983, para o Chile; Gogna, 1988, para a Argentina). Mais além do decréscimo revelado pelos censos, eles referem, em relação aos anos recentes, a diversificação interna ao setor e uma importante modificação na composição proporcional das sub-categorias do emprego doméstico.

Assim, é sensível, por exemplo, o aumento do número de mensalistas que já não dormem "no emprego", antes algo próximo do inconcebível, por tão raro e, sobretudo, indesejável; hoje, entretanto, esse parece ser o padrão freqüentemente preferido por ambas as partes, empregadas e patroas, neste tempo de apartamentos pequenos, conflitos de classe mais sensíveis e abertos, e crescimento da consciência reivindicante das domésticas. Verifica-se, também, o aumento significativo do número de diaristas disponíveis, assim como de famílias empregadoras que preferem recorrer aos serviços destas, seja para complementar o trabalho de mensalistas, como faxineiras ou lavadeiras, seja como empregadas únicas - não raro requisitadas até por dois ou três dias por semana - já aí em uma gama de serviços que inclui, também, a cozinha, principalmente para o congelamento de alimentos.

Isto porque além das sub-categorias ocupacionais tradicionalmente definidoras das tarefas e salários da mensalista, tais como cozinheira, babá, copeira, todo serviço, etc, existem agora três outros modos básicos de classificação de empregadas domésticas segundo o uso do tempo de trabalho e o local de residência ou dormida: a *men-*

2 Agradeço a Mary Castro as tabulações especiais da PNAD. Para estudo de caso sobre serviço doméstico masculino, ver Motta, 1984.

salista residente na casa dos patrões, a mensalista externa, que dorme em sua própria "casa" - dando um número cada vez menor de horas no trabalho - e a diarista, com jornada e tarefas bem mais definidas e restritas. Nesse quadro, a tradicional figura da mensalista residente, até bem pouco tempo universal e quase exclusivamente contratada como aquela que cede (ou cedia) a quase totalidade do seu tempo aos patrões, começa, lenta mas inexoravelmente, a rarear. Conquanto ainda majoritária, ela tende a se transformar em uma das duas outras modalidades básicas de empregada doméstica³.

Para onde estarão indo as ex-domésticas, ou para onde está se dirigindo aquele contingente de trabalhadoras antes absorvido pelo serviço doméstico? Certamente, para outros ramos do setor de serviços. Em muitos casos, para alternativas já conhecidas, como por exemplo, numa determinada rede de farmácias em Salvador, empregadora sistemática de ex-domésticas e de outras mulheres jovens e com perfil social semelhante ao destas; ou para empresas de serviços de limpeza em escritórios e instituições públicas. Como parte da tendência ao crescimento das ocupações organizadas em moldes tipicamente capitalistas que se verificou na Bahia, e num contexto de progressiva concentração da renda, podem também exercer outras atividades cuja demanda advém seja do movimento turístico, seja do afluxo de profissionais atraídos pelo Pólo Petroquímico; são os muitos hotéis e restaurantes, ou salões de beleza onde trabalham cabelereiras, manicures, etc. (Castro e Guimarães, 1987).

Conquanto potenciais ou ex-empregadas domésticas, e embora realizando tarefas que se assemelham às destas, estas mulheres vivem, agora, outras relações sociais. Como assalariadas de empresas capitalistas, e não de domicílios, seguem exercendo ainda ocupações "femininas"; fazem-no, entretanto, integradas a outro processo e sob outras relações de trabalho, que lhes facultam, talvez, maior autonomia, abrindo a possibilidade de formação de uma identificação como classe trabalhadora.

Um desenvolvimento paralelo dessas novas relações começa a se dar, também, no âmbito doméstico, envolvendo as empregadas não-residentes, principalmente as diaristas e as suas patroas. É que se vive um novo tempo e novos modos de vida. Certamente, nesse meio social, persiste a demanda por serviços pessoais, oriunda da tradicional e da nova burguesia, reforçadas agora com a moderna classe média de

3 Essa mudança, aliás, enseja alguma possibilidade de sub-registro por parte dos censos, porque a doméstica externa ou diarista, em especial se tiver alguma descontinuidade nessa atividade, pode receber a habitual classificação de "dona-de-casa" (traduza-se "inativa"...), enquadrando-se no que é ideologicamente considerado como ocupação principal da mulher.

profissionais, de alta (nova) qualificação (Guimarães, 1987); embora estatisticamente pouco numerosos, suas suntuosas mansões e grandes condomínios fechados são um mercado importante consumindo serviços inesgotáveis e incorporando muitos empregados. Apesar disso, o grande reduto empregador de domésticas ainda é a classe média tradicional; esta, porém, "proletarizada", esvaziada de dinheiro e de sonhos de ascensão social, realiza seguidos cortes no orçamento doméstico e se adentra em práticas de exclusão de conforto e de prazeres... habituando-se até a simplificar a organização do serviço doméstico; "no tempo de hoje" há menos o que consumir e, portanto, menos o que trabalhar no âmbito da produção doméstica.

Famílias que sempre tiveram empregadas, premidas agora pelos problemas financeiros, são levadas a restringir seu número, a dispensá-las ou, ao menos, a tê-las por apenas um ou dois dias da semana. Ainda mais quando, no atual cenário social em que pululam as lutas e movimentos populares (sem esquecer os da classe média proletarizada), as empregadas domésticas são crescentemente reivindicativas e já não se conformam tão maciçamente com os antigos salários irrisórios, adoçados pela ilusão de serem tratadas "como pessoa da família" e ganharem "presentes". Por outro lado, pagar um salário mais alto à empregada é algo que ainda não pode ser absorvido pelo orçamento familiar de grande parte dessa classe média empobrecida, por restrição tanto material quanto ideológica. Isso prenuncia novos conflitos mas, igualmente, novas formas de consciência - de ambos os lados.

Crescem, assim, as contradições. A definição contratual do serviço da empregada externa, não-residente, principalmente a diarista, abriu da maneira mais relevante um espaço para o respeito dos direitos elementares do trabalho, como jornada de oito horas, intervalo definido para almoço, tarefas e remuneração claramente delimitadas, atualização da remuneração de modo a acompanhar o ritmo da inflação. Isto não elude, contudo, as não raras tentativas de encurtar ou espichar o horário, de acordo com as necessidades imediatas de cada contendor; nem tampouco elimina que aflorem aspectos clientelísticos da relação tradicional; por exemplo: refeições não obrigatórias continuam a ser oferecidas pelos patrões e esperadas pelas empregadas⁴; ou ainda, pequenos serviços fora do contrato e até mais pessoais seguem sendo demandados à empregada.

Depõe uma diarista:

4 Um uso antigo que parece agora ressurgir com a roupa nova do "vale-refeição" das empresas ou, melhor dito, a faculdade de um direito onde antes havia um favor..

"Não fica pesado comprar comida, porque a maioria das diaristas almoça no serviço. Muitas (patroas) até oferecem também café. Merenda é que é raro".

"Muitas vezes dá pré terminar o serviço antes (do horário), mas a patroa sempre arranja coisa prá gente fazer. Tem umas que guardam panela da semana toda, até calcinha, prá a gente lavar. Se fizer a vontade, vai até 7, 8 horas".

Um pequeno segmento mais intelectualizado dessa classe média, estimulado talvez pelo empobrecimento recente, esforça-se por assumir uma posição diferenciada como empregador. Todavia, a crescente consciência profissional da empregada leva-a à cobrança de certos direitos. Esses comportamentos tendem a proliferar, nos moldes de um efeito-demonstração, repercutindo como demandas junto a outras famílias, que não podem ou não sabem arcar com compromissos de equidade dessa ordem.

Na ausência de socialização dos trabalhadores domésticos, tanto em âmbito familiar como do Estado, ou de ampliação significativa das oportunidades de emprego, o impasse tende a persistir. Mantém-se a relação claudicante que, em outra oportunidade, demonstrei: "Relação Impossível" (Motta, 1986). Enquanto isso, pouco a pouco, tendem a formar entre as domésticas a consciência de trabalhadoras, estimulada por suas associações profissionais e sindicatos e por outros grupos ativos na comunidade - religiosos, feministas, étnicos, profissionais, etc, agora, fortalecidas pelos novos direitos constitucionais.

Entretanto, a tendência à queda no ritmo de incorporação do emprego doméstico remunerado, fruto da recente dificuldade de contratação por parte de muitos dos habituais empregadores, não implica em sua extinção, sequer a médio prazo. De fato, face aos padrões atuais de divisão social e sexual do trabalho, é improvável a imediata substituição em massa desse serviço. Isto imporá ao Estado o ônus de generalizar o acesso social a equipamentos coletivos e ao empresariado o risco de investimentos de alto custo para consumidores apenas eventuais. Por outro lado, persiste ainda a abundante oferta de empregadas; todo um contingente de jovens, na Bahia sobretudo negras⁵, migrantes ou (minoritariamente) oriundas dos bairros periféricos, de baixa escolarização e escassa perspectiva de outro emprego.

⁵ Dados da Pesquisado Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador do período setembro/87 - setembro/89, indicam que, enquanto há 15% de brancos na PEA, esse percentual se reduz a 7% se considerados os ocupados no emprego doméstico. Aliás é significativa a coincidência da presença, no emprego doméstico, de 93% de mulheres e 93% de negros.

Por isso, apesar da crescente difusão dos variados produtos industriais ligados ao ramo do congelamento de alimentos (das embalagens plásticas aos "freezers" e fornos micro-ondas); apesar, inclusive, da comercialização de alimentos prontos, artesanal ou industrialmente produzidos, esses usos - meio experimentais, meio modismos - ainda parecem restritos à parcela da população menos atingida pela crise econômica. E, mesmo nesses casos, tampouco importaram no abandono do recurso ao trabalho da empregada doméstica. O que está ocorrendo é, sobretudo, uma rearrumação interna à organização doméstica, seja quanto ao processo de trabalho e às relações nele estabelecidas, seja, sobretudo, quanto ao tipo de profissional envolvida - a diarista.

É evidente que isto significa uma não-desprezível transformação, que se expressa: (i) no avanço da produção e circulação de determinada parafernália industrial, (ii) na difusão de técnicas mais racionalizadas e relações que se pretendem mais contratuais, (iii) na realização do trabalho doméstico das diaristas.

II. NOVO CONTEXTO, NOVOS ATORES

Seria irrealidade afirmar que exista uma identidade de classe nitidamente construída e generalizada entre as empregadas domésticas. Assinalo, entretanto, elementos de transformação no quadro geral das relações de que elas participam, e que apontam para uma nova direção. Sua existência, pontual porém forte aí onde se encontra, apresenta graus diferenciados segundo grupos e pessoas. Eles ilustram o novo, o que não se apresentava até bem pouco tempo atrás.

Nesse quadro de persistência do serviço doméstico, convém adentrar mais um pouco nas maneiras como está se realizando naquilo que ele tem de novo.

A conjuntura econômica e ideológica que ensejou o declínio relativo do emprego doméstico feminino na PEA, o encaminhamento de parte dessa força de trabalho para outros setores da economia, o remanejamento interno das sub-categorias do serviço doméstico, além do crescimento do contingente masculino nele ocupado, vêm ensejando uma lenta e gradual mudança de mentalidade e de atitudes por parte das empregadas domésticas.

A sub-categoria que parece personificar melhor essa mudança é a empregada externa (não-residente). Sua presença e relativo crescimento representam uma trajetória existencial e política que importa analisar.

Passar de residente a externa ou diarista constitui-se em passo difícil, mas de grande significado humano, social e político. É vencer uma

luta de ordem econômica, mas também emocional, hesitações e temores quanto à viabilidade de poder pagar o aluguel de um quarto ou, mais raramente, de uma pequena casa, e o receio da solidão e da situação nova. Depõe uma delas:

"Eu antes até tinha esse medo, me chamavam para alugar um quarto, mas eu achava difícil, tinha medo de não dar certo. Mas agora acho ótimo, dá pré sobreviver".

É também uma conquista pessoal, que parece muitas vezes produzir uma sensação gradual de liberdade e vitória que atinge o auge para a informante, militante da associação de domésticas, no processo de formação da sua identidade de trabalhadora:

"Se um dia de faxina eu não quero ir, eu tenho uma coisa para fazer, eu posso telefonar e trocar o dia. Diarista tem mais liberdade".

Falando sobre o que gasta com comida:

"Acho bom a gente comprar nossas próprias coisas. Acho ótimo! Pensar que agora estou me sentindo como os outros trabalhadores!".

A sofrida trajetória de residente a externa parece ser também irreversível. Uma colega fala sobre outra, ausente no momento:

"Já morou na casa da patroa. Agora deixou e não quer mais dormir, de jeito nenhum, no emprego. Quer ter a casa dela, o cantinho dela. Outro dia, o ladrão levou tudo dela... (sorri) Mesmo assim..."

A proposta de tornar-se empregada externa está-se disseminando de modo lento porém contínuo entre as empregadas filiadas às associações; e não apenas na Bahia. Vai-se tornando algo assim como uma grande bandeira de luta. Isso não deve, entretanto, levar a crer que a condição de externa esteja intrinsecamente associada à emergência de uma conscientização política. Ela bem pode ser fruto de contingências da trajetória individual: pode ser apenas a opção das casadas, em especial aquelas com filhos menores.

É certo, todavia, que este modelo parece permear a representação das militantes. Lenira, líder nacionalmente reconhecida do Sindicato de Recife, fez uma reveladora provocação, quando do Encontro Regional Nordeste de julho de 88:

"Nenhum trabalhador vive no local de trabalho. Só nós...? Precisamos ver isso".

Isto transparece, também, no discurso de importantes líderes internacionais do movimento de empregadas domésticas, como Elvira Durán Majón, líder espanhola (Instituto de la mujer, 1986):

"Nossa luta principal é para que as pessoas se dêem conta de que têm direito a uma vida própria; que se deveria ter o direito de trabalhar oito horas, como todo mundo, e depois sair..."

"... Chegar em sua casa e poder se sentar sem ter que pedir licença a ninguém..."

"... E se terá acabado com uma espécie de seqüestro que, aos que temos sofrido, parece mentira ter agüentado tanto tempo".

Essa idéia de preservação de um espaço próprio e separado daquele da família empregadora parece, assim, ser representada no discurso militante como um passo decisivo na cisão da identificação tradicional dos empregados com os patrões; como um reforço, portanto, na construção da auto-identificação como parte da classe trabalhadora. Ela parece, em princípio, difundir-se apenas entre grupos mais conscientizados de domésticas, aquelas organizadas em associações profissionais e sindicatos, embora a observação do discurso e das práticas associativas pareça sugerir uma tendência a que se torne, no futuro, um pleito cada vez mais forte e generalizado, ultrapassando, quem sabe, os limites do discurso das militantes.

Mas, outras vezes o simbolismo do espaço autônomo quer expressar não apenas a alteridade do patrão, mas a possibilidade de identificação com experiências e práticas de outros trabalhadores. Novamente a fala de Lenira, líder pernambucana, mostra-se ilustrativa:

"A gente vive na casa das patroas e não pensa na questão da moradia. A gente vai morar nos bairros, nas invasões, a gente vai lutar pelos transportes com os outros trabalhadores... O nosso mundo é com os outros trabalhadores. Patroa, por boa que for, não é nossa família..."

"Somos uma categoria da classe operária".

Aí parece posta uma dimensão política verdadeiramente inusitada: a atual empregada externa tem a possibilidade de ganhar uma experiência, ou uma formação política imediata, alternativa ou às vezes complementar àquela oriunda da filiação a associações ou sindicatos de domésticas, nem sempre existentes. Em meio à miríade de grupos hoje em movimento, nos bairros ou interbairros, nas lutas teoricamente adstritas à esfera da reprodução, ou em lutas por afirmação de ordem étnica (na Bahia, a consciência da negritude), a externa, principalmente a diarista parece ter mais chances de penetrar esses novos espaços de sociabilidade, informando-se e, gradativamente, formando-se politicamente. São as conversas na vizinhança e - importante! - os encontros diários com os companheiros do mesmo horário de transporte para o trabalho⁶.

Nas longas horas de espera e de percurso, conversa-se sobre tudo: a insuficiência e o preço alto dos transportes, as greves e os quebra-quebras, "o lixo na minha porta, que não recolhem há seis dias!"; mas também sobre o valor insuficiente do piso salarial, "porque tudo vai aumentando também", e quem tem ou não tem direito legal de recebê-lo, assim como ao "décimo". Briga-se, às vezes. Trocam-se experiências, sempre, e até conselhos: a jornada de trabalho da doméstica, encurtada "para poder pegar o ônibus das três horas e ver meus cabozinho". Ou: "tanto tempo que a senhora trabalha naquela casa! Peça uma casa à patroa".

Uma consequência muitas vezes materializada a partir desses contatos é a participação da empregada doméstica em movimentos de bairro ou, para as externas ou diaristas já integradas nas suas associações, a possibilidade de articular iniciativas comuns envolvendo movimentos urbanos e associações de empregadas domésticas⁷.

Na análise dessa realidade tão rica, pode-se ensaiar dois movimentos teóricos. Por um lado, a recomposição de uma totalidade, através da percepção da intersecção de elementos dos movimentos nas esferas da produção e da reprodução, vistos através da vivência de indivíduos e grupos. Por outro lado, a percepção de uma experiência política ainda incipiente, resultando em formas - pessoais e grupais - fragmentadas de consciência (Ortiz, 1980). Não raro, essas são formas

6 Lembre-se a experiência documentada por Moisés e Martinez-Alièr (1978).

7 Isso foi o que ocorreu em Salvador, em dia de 1988, quando, em uma só reunião, a Associação das Domésticas foi procurada por pessoa do Movimento Popular contra o Aumento de Transporte - onde mantém, desde então, uma representante - e, ainda, por dois membros de um grupo cultural negro, a convidá-las para debater o tema dos "Cem anos sem abolição". Esse intercâmbio também persistiu, evoluindo para adquirir uma expressão eleitoral quando posteriormente um deles, em mais uma visita, anunciou a sua candidatura a vereador nas eleições que se seguiriam.

contraditórias, das quais nem sempre a colagem compõe uma figura clara. Entretanto, elas apontam para um segundo movimento na composição de uma percepção global, na qual essas experiências individuais e grupais formariam os elementos de constituição de uma identidade coletiva, fundada num sentimento agudo de exclusão social, superando a simples noção de exploração econômica.

Outro aspecto mais diretamente político, e de logo organizado, refere-se ao próprio crescimento do número de associações e de sindicatos - e de associados em cada um deles.

Essas associações de empregadas domésticas apresentam, um aspecto peculiar, embora muito raramente ressaltado no discurso das suas filiadas: o fato de serem *coletivos ocupacionais compostos em sua quase totalidade por mulheres*. A grande e quase exclusiva ênfase na mobilização como categoria ocupacional, dotada de uma consciência de *classe*, faz esquecer a instância *do gênero*. Isso se expressa, de modo curioso, na auto-designação: as auto-referências sempre são no masculino: todas são "associação profissional de empregados domésticos". Entretanto, meus estudos empíricos desconhecem qualquer caso de homens a elas associados (Motta, 1984).

Mesmo tratando-se de grupo ocupacional, surpreende a ausência de percepção de que são *também* grupos de mulheres e que, como tal, partilham outros problemas específicos que *não* se resolvem no âmbito da ocupação e da classe. Até porque, são domésticas porque são mulheres (Motta, 1987). Mas esta parece ter sido, até aqui, uma dimensão mais profunda por realizar, a de classe *sexualada*.

Isso não elimina que as associações tenham sido instadas a aceitar o apoio de elementos de grupos feministas ou de estudos sobre a mulher, tal como ocorre na Bahia.

Como fruto de todo esse complexo processo, delineia-se, de logo, um conjunto de questões fundamentais para análise, e autoanálise: qual a chance de alcançar a eficácia política se essas associações possuem ainda um número relativamente tão reduzido de integrantes? podem elas almejar atingir, em tempo próximo, a condição de sujeitos políticos, capazes de influir no rumo dos acontecimentos que lhes dizem respeito? que conseguiram, até agora, além do longo e lento trabalho de mobilização e conscientização de um número limitado de pessoas?

Essas são questões para as quais ainda é prematuro dar uma resposta, mesmo porque essas associações têm relativamente pouco tempo de existência e congregam um número ainda pequeno de pessoas. Além disso, vivem diferentes estágios de mobilização, experiência e acesso a recursos, segundo o país ou o estado onde tenham se constituído. Ao mesmo tempo, contam com militantes muito ativas e, sobretudo, com a receptividade e o apoio de muitos outros grupos, alguns, como no Brasil, com mais amplos recursos e maior experiência na

luta política, como a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares) e o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), antes de ser praticamente extinto ao final do Governo Sarney.

E, contudo, inegável, a atuação formadora e arregimentadora das associações, tanto quanto as possibilidades abertas por sua integração - tanto a nível individual como grupai - no contexto das lutas coletivas recentemente retomadas no país. Arrisco dizer que a sua viabilidade política se associa estreitamente à capacidade de integrar-se aos demais movimentos organizados que se constituíram no Brasil a partir dos anos 80, voltados para instilar democracia nos poros do poder.

Ilustrativa dessas possibilidades foi a mobilização realizada em torno dos direitos das domésticas a serem consignados na Constituinte. Da discussão e definição de propostas a partir de cada associação até os Encontros Regionais e Nacionais sistematizadores; daí à entrega do documento resultante ao Presidente da Constituinte, juntamente com a proposta popular de emenda ao projeto da Constituição sobre o direito dos empregados domésticos; a constante presença em Brasília nos estágios de discussão e votação, com o apoio e acompanhamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e de outros grupos progressistas; a proeminência nacional adquirida pela líder das negociações políticas no Congresso, a deputada Benedita da Silva, ex-doméstica, ex-favelada, negra e militante do movimento negro, são, todos esses, fatos novos a refletir um percurso de luta e aprendizado que não pode ser subestimado⁸.

III. REVENDO O NOVO

Tendo feito-a maioria destas reflexões pouco antes da promulgação da nova Constituição, caberia, agora, perguntar: e depois...? O que há de novo?

Nesse espaço de tempo, o novo em relação ao emprego doméstico foi de ordem qualitativa e política. Assim, parece ter crescido a participação de trabalhadoras domésticas nas associações e sindicatos. Na Bahia, por exemplo, esse número, embora ainda reduzido, *decuplicou*

8 Que pesou, realmente, nessas demarches e nas conquistas logradas? O trabalho? A militância? De quem? Se Bené não fosse deputada constituinte, esses novos direitos dos empregados domésticos teriam sido integralmente aprovados?. Talvez não. Teria sido a vitória decorrente de uma circunstancial e forte atuação individual? Sim e não. A existência concreta de Benedita significa a realidade de um indivíduo, disposto a encarnar uma luta, mas significa, sobretudo, a existência de um contexto social, e de classe, que a produziu e manteve lutadora, capaz, inclusive, de reunir a força política necessária a elegê-la.

entre 1986 e 1991: do pequeno núcleo inicial de cerca de quinze militantes, passou a 150 inscritas. E a associação passou a sindicato.

No cenário sócio-jurídico instituído com a nova Constituição Federal, entre a infinidade de versões e interpretações de capítulos e artigos sobre os direitos, agora mais amplos, dos trabalhadores, destacaram-se duas controvérsias. Uma, em relação às licenças maternidade e paternidade - isto é, o que toca o socialmente mais profundo, as relações de gênero e os papéis na família. Mas houve, além disso, um susto nacional em relação aos novos e mais amplos direitos trabalhistas obtidos pelos empregados domésticos, que significaram, tanto quanto melhorias de ordem material, o definitivo reconhecimento social como categoria profissional.

Ao mesmo tempo, esses trabalhadores - melhor dito, *essas trabalhadoras* - tiveram, pela primeira vez, acesso rápido e amplo à informação sobre seus direitos, diariamente veiculada pelos jornais e, sobretudo, pela televisão. Nessa conjuntura, os meios de comunicação contribuíram, pelo simples fato de informar, para um processo de degelo na formação da consciência de direitos.

Promulgada a Constituição, um novo e tenso diálogo parece haver se estabelecido na relação entre patrões (ou patroas) e empregados (ou empregadas), aprofundando a construção da alteridade, requisito da emergência de uma consciência de si. Parece ter ganho corpo de forma mais ampla a preocupação com direitos, antes restritas às militantes em associações profissionais⁹.

Entretanto, as condições para eclosão de novos conflitos permanecem, mesmo quando a tensão se torna apenas latente. Isto porque, por um lado, um novo pólo de mobilização começou a se definir, sob a forma de sindicatos de *empregadores* domésticos. Eles representam uma reação patronal auto-defensiva contra o que entendem serem os "exageros" da lei. Ao mesmo tempo, a idéia de constituição de *sindicatos* de empregados domésticos, já concretizada em alguns países da América Latina, e intensificada depois do Encontro Internacional de Associações (e Sindicatos) da categoria na Colômbia, em 1988, começou a se viabilizar no Brasil. Dessa sorte, à época do VI Encontro Nacional dos Trabalhadores Domésticos, em janeiro de 1989,

9 Durante os primeiros meses, predominou o ruído: questionamento dos novos direitos pelos empregadores, repúdio aos descontos facultados pela lei, por parte das empregadas, e composições contratuais várias. Em seguida, um certo silêncio - uma aparente acomodação geral. Boa parte das empregadas menos informadas, ou menos experientes, entrou em acordos com os patrões, abrindo mão de algumas das suas vantagens, principalmente o salário mínimo. Por outro lado, um número maior de empregadoras - mais conscientes, prósperas, ou temerosas... - passou a cumprir as obrigações legais, atenuando o momento de choque e reação iniciais.

nada menos que cinco associações já haviam se transformado em sindicatos, enquanto várias outras expressavam igual intenção; inclusive a da Bahia. No documento final do Encontro, uma significativa deliberação refletia a natureza classista que as entidades pretendiam conferir ao movimento. Nessa oportunidade, concluíram juntas, o que antes discutiam e afirmavam, separadas:

"Nessa sociedade dividida em classes, somos classe operária".

Coincidentemente, nesse mesmo mês fundavam-se os primeiros sindicatos de empregadores; de início em São Paulo e, logo em seguida, no Rio.

Assim, enquanto se aguardava a definição das leis complementares à Constituição e enquanto se discutiam os projetos das constituições estaduais, os novos contendores se preparavam. Formava-se um cenário no qual novas formas de conflito tenderam a se manifestar, com uma natureza qualitativamente diferentes porque fundadas em práticas e formas associativas de cunho coletivo. Essas, se não substituíram, ao menos deslocaram as disputas e tensões do âmbito exclusivo das ações individualizadas, cotidianas e informais a que, meio jocosamente, referi, em outra oportunidade (1985a) como "luta de classe corpo-a-corpo"¹⁰.

BIBLIOGRAFIA

BERCH, Bettina.

1984 The sphinx in the household: a new look at the history of household workers. *Review of Radical Political Economics*. [S.l.].v.16, n. 1.p. 105-120.

CASTRO, Mary Garcia.

1982 Que se compra y se vende en el servicio doméstico? El caso de Bogotá. In: LEÓN, Magdalena (ed.) *Debate sobre la mujer en América Latina y el Caribe*. Bogotá: T.L ACEP.

CASTRO, Nadya Araujo.

1985 *Força de trabalho e emprego não-agrícola no Estado da Bahia - 1950-1980*. Relatório intermediário de trabalho, Convê-

10 Agora, no que tange às organizações das empregadas domésticas, seu discurso militante aponta para a sindicalização, a filiação à CUT e o contrato coletivo de trabalho (propostas do Encontro Nacional referido), sinalizando claramente a assunção de um sindicalismo de confronto. Do outro lado, os empregadores declaram, pela imprensa, pretensões defensivas, algumas vezes até caricatas, como sindicâncias e testes anti-AIDS para as domésticas.

- nio CRH/FINEP/UFBa, Salvador, Centro de Recursos Humanos (mimeo).
- CASTRO, Nadya Araujo, GUIMARÃES, Iracema.
1987 O que é que a baiana faz? (Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades urbanas do Estado da Bahia). *Caderno CRH*. Salvador, n.2.
- FARIAS, Zaira Ary.
1981 A situação das mulheres na sociedade de classes: o valor social do trabalho doméstico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 5. Friburgo (mimeo).
- 1983 *Domesticidade: cativo feminino?* Rio de Janeiro: A-chiamé/CMB. GALVEZ, Thelma, TODARO, Rosalba.
1983 La especificidad del trabajo doméstico y la organización de las trabajadoras de casa particular (Santiago de Chile). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 11, México.
- GOGNA, Monica.
1988 Domestic service in Buenos Aires. In: CHANEY, E., GARCIA CASTRO, M. (eds.) *Muchachas no more (household work-ers In Latin America and the Caribbean)*. Philadelphia: Temple University.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio A.
1987 Estrutura e formação das classes sociais na Bahia. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.18, p. 57-69, set. KERGOAT, Danièle.
1987 Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In: KARTCHAVSKY, Bulport, et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. MELLO, Hildete Pereira de.
1984 Empregadas domésticas - quantas são, suas lutas e relações com o movimento feminista. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 8, Águas de São Pedro (mimeo).
- MINISTÉRIO DE CULTURA, INSTITUTO DE LA MUJER.
1986 *Mujeres*. Madrid, Ano III, n. 10. mar.
- MOISÉS, José Álvaro, MARTINES-ALIÈR, Verena.
1978 A revolta dos suburbanos ou "patrão, o trem atrasou". In: MOISÉS, J.A. (org.) *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra. MOTTA, Alda Britto da.
1984 Emprego doméstico masculino. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 7, Águas de São Pedro (mimeo).
- 1985a Emprego doméstico no capitalismo: o caso de Salvador.

Cadernos do NEIM. Salvador, n. 2.

1985b *Emprego doméstico em Salvador*. Salvador, UFBA. (Relatório de pesquisa - CNPq).

1986 A relação impossível. In: SEMINÁRIO RELAÇÕES DE TRABALHO E RELAÇÕES DE PODER, 1986. *Anais do...* Fortaleza: UFCE/ Mestrado de Sociologia.

1987 Associations of domestics servants: the case of Bahia, Brazil. In: THIRD INTERNATIONAL INTERDISCIPLINARY CONGRESS ON WOMEN. Ireland: University of Dublin, july. ORTIZ, Renato.

1980 *A consciência fragmentada*. São Paulo: Paz e Terra. SAFIOTTI, Heleieth.

1978 *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.